



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO IV - Número 23
Brasília, 10/10/2011

Fato Histórico

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a cidade de Chapecó, em Santa Catarina, entrou para a história. Com base na Lei Maria da Penha (11.340/06), o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar do município condenou a 13 anos de prisão um homem que matou a madrasta. Logo que a Lei entrou em vigor, em 22 de setembro de 2006, Chapecó também se destacou: foi a primeira cidade do País a criar um Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar.



Igualdade entre homens e mulheres

A Espanha deu mais um passo à frente ao aprovar a Lei de Igualdade Efetiva entre Homens e Mulheres. Aprovada em março, a lei inclui medidas no âmbito trabalhista, político, econômico, cultural e social para eliminar os obstáculos que impedem a paridade entre os sexos.

A lei obriga as empresas com mais de 250 empregados a negociar com os agentes sociais planos de igualdade e prevê que, em um prazo de oito anos, os conselhos de administração das grandes companhias tenham pelo menos 40% de mulheres. Além disso, ela estabelece o equilíbrio entre os sexos nas listas de eleições, o direito de reduzir a jornada de trabalho para cuidar de menores de oito anos, bem como a ampliação para um mês da licença-paternidade, entre outras medidas.



Juizados de Violência contra a Mulher I

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a recomendação nº 9, que sugere aos Tribunais de Justiça a criação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher nas capitais e no interior. A criação dos juizados para atender mulheres vítimas de violência doméstica e familiar está prevista na lei 11.340 (Lei Maria da Penha), que indica a implementação de políticas públicas para garantir os direitos das mulheres no âmbito de suas relações familiares e domésticas. A recomendação foi publicada no Dia Internacional da Mulher - 8 de março.



Juizados de Violência contra a Mulher II

A recomendação nº 9 estabelece a divulgação da lei Maria da Penha em varas criminais e juizados especiais e que seja garantida à mulher a preferência no julgamento de causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar. Indica ainda a constituição de um grupo

AGENDA

Fórum Previdência

No dia 4 de abril, a SPM, junto com o Ministério da Previdência Social e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), promove workshop preparatório ao painel do Fórum Nacional da Previdência Social "Mulheres e Previdência", que ocorrerá no dia 10 de abril, no Ministério da Previdência Social. O workshop acontece, das 9h às 17h, no auditório do Conselho Federal da OAB, em Brasília. Estão convidadas entidades e organizações dos movimentos de mulheres e feministas. O objetivo da reunião é fazer o levantamento da agenda das mulheres na Previdência.



Mulheres na Política

A ministra participa, durante à tarde do dia 4 de abril, do seminário "A Unale: Participação das Mulheres na Política", com a palestra sobre a Lei Maria da Penha (11.340/06). O encontro, que é promovido pela União Nacional dos Legislativos Estaduais

interinstitucional de trabalho para tratar de medidas integradas de prevenção, de responsabilidade do Judiciário relacionadas à Lei Maria da Penha, visando implementar políticas para coibir a violência doméstica e garantir os direitos das mulheres.

O documento também sugere que os tribunais incluam em seus bancos de dados estatísticas sobre violência doméstica, promovam cursos de capacitação multidisciplinar em direitos humanos e violência de gênero, voltados para magistrados, e que integrem o Poder Judiciário aos demais serviços da rede de atendimento à mulher.



Quebra de tabu

Pela primeira vez desde a criação do Supremo Tribunal Federal (STF), em 1828, uma ministra participou, nesse mês de março, da sessão plenária de julgamentos vestindo calça comprida. A responsável pela quebra de tabu foi a mineira Cármen Lúcia Antunes Rocha, que ingressou no tribunal no ano passado.

Apesar de o STF ter liberado há quase sete anos o uso de calça para mulheres, desde que combinada com um blazer, nenhuma das duas integrantes do Supremo tinha ousado entrar no plenário com o traje. Tanto Cármen Lúcia quanto a presidente do tribunal, Ellen Gracie, as únicas mulheres do STF, costumavam usar vestidos ou saias.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br

(Unale), ocorre no Carlton Hotel, em Brasília, das 8h às 18h e reunirá deputadas estaduais de todo o país. A Lei, que foi sancionada em setembro de 2006, trata da criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e determina que Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sejam criados no estados.



Criação de Juizados

Como o objetivo de discutir a criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Rio de Janeiro, Nilcéa Freire participa, no dia 9 de abril, às 10h, de uma audiência com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, José Carlos Ribeiro, a Juíza Adriana Melo, a Superintendente de Políticas para Mulheres do Estado e demais componentes da Comissão de Segurança da Mulher do CEDIM.



Marcha dos Prefeitos

Mais de dois mil prefeitos são esperados na X Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorre de 10 a 12 de abril, no Hotel Blue Tree Park, em Brasília. A décima edição do evento

tem como principal foco o Pacto Federativo. A SPM participará com o objetivo de divulgar a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Além dos prefeitos, a marcha vai contar com a participação de representantes do Governo Federal, senadores, deputados estaduais e federais, governadores, secretários municipais e vereadores.



ACONTECEU

Uma Mulher no STM

A procuradora federal Maria Elizabeth Teixeira Rocha se tornou a primeira mulher a tomar posse como ministra do Superior Tribunal Militar (STM). Criado há quase 200 anos, o tribunal superior era o único que não tinha uma mulher entre seus integrantes. Com a sua posse, já são 10 mulheres que ocupam cadeira de ministra nos quatro tribunais superiores.



Coordenadorias

A SPM promoveu, em Brasília, nos dias 29 e 30 de março, o XI Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres. A organização das Conferências Municipais e Estaduais de Políticas para as Mulheres e a reestruturação do

próprio Fórum foram os principais temas discutidos no encontro. As participantes sugeriram a realização de dois Fóruns Regionais anuais, para discussões temáticas e formação das gestoras, e de um Fórum Nacional anual, além de videoconferências para tratar de temas específicos.



Videoconferência

Sob a coordenação da SPM, 20 estados brasileiros participaram, no dia 22 de março, da primeira videoconferência sobre a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM). O encontro, que foi transmitido pelo Programa Interlegis, teve como objetivo mobilizar os municípios e estados a realizarem suas conferências, socializar os informes da etapa nacional e sanar dúvidas. Além da ministra Nilcéa Freire, participaram da videoconferência, a representante da bancada feminina no Senado Federal, a senadora Serys Marly Silhessarenko, a Secretária Adjunta da SPM, Teresa Sousa, e representantes da Comissão Organizadora Nacional da II CNPMM (Aparecida Gonçalves, Márcia Gomes, Maria Ednalva Ferreira, Nalu Faria, Nilza Iraci, Schuma Schumacher e demais integrantes).



Prêmio Mulher Guerreira 2007

A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), e a ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente, participaram da solenidade de entrega do Prêmio Mulher Guerreira 2007, promovido pelos ministérios da Previdência Social (MPS) e Trabalho e Emprego (TEM). O prêmio, que está em sua primeira edição, é uma alusão ao 8 de março - Dia Internacional da Mulher. Seis funcionárias dos ministérios escolhidas pelos colegas de trabalho como destaques em suas áreas de atuação também receberam o prêmio.

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.